

# Governo prepara rolo compressor no Congresso

Alam Marques



Inocêncio não está em votações durante a convocação extra

CYNTIA PETER

No Congresso que se despede nesta terça-feira, ninguém bota fé na realização de votações durante a convocação extraordinária que ocorrerá obrigatoriamente no início de fevereiro, por força da reedição de 11 medidas provisórias que vence nos dias 4 e 7 sem terem sido apreciadas. Segundo o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), o período da convocação vai servir mesmo para negociar as indicações para as comissões e resolver as disputas pelas mais cobichadas, deixando tudo pronto para o dia 15, início oficial do ano Legislativo. O PMDB, por exemplo, já escolhe amanhã o presidente do Senado, entre José Sarney, Íris Rezende e Pedro Simon.

“A partir daí vai ser um verdadeiro rolo compressor de votações”, prevê o deputado, convencido de que o Governo não vai perder tempo e iniciará imediatamente a discussão das propostas de emendas constitucionais. O vice-líder do PSDB, deputado José Abrão (SP), concorda que o período será de “aquecimento”, e quer que o Governo já comece a trabalhar a reforma da Constituição mesmo antes de enviar suas propostas.

Abrão acredita que, para garantir o sucesso da reforma, o Governo não pode esperar o dia 15 e deve aproveitar o espaço da convocação para angariar novos apoios às mudanças que pretende, inclusive entre os partidos que não integram sua base parlamentar. “Falta debate nesta Casa”, diz ele, e atribui a essa carência as dificuldades que o Governo enfrentou nas votações do salário mínimo e da Medida Provisória que aumentou os impostos das empresas.

**Mudanças** — Para garantir mais discussões no Congresso, o PSDB

criou um grupo — composto pelos deputados Antônio Kandir (SP), Aécio Neves (MG), Almino Affonso (SP) e pelo próprio Abrão — para estudar alterações no regimento interno da Câmara. Eles querem criar mecanismos que obriguem a presença dos parlamentares nas comissões, onde hoje as discussões acabam não acontecendo por falta de debatedores. Atualmente não há verificação de presenças nem sanções pelas faltas e os deputados acabam se desinteressando. “Quando o projeto chega ao Plenário, ninguém discutiu, e o que se vê são posições isoladas de gente mal informada”, queixa-se Abrão.

Outra mudança em estudo na proposta do PSDB, desta vez para garantir quórum no Plenário, é a criação de uma nova sistemática para a justificativa de faltas dos parlamentares. A proposta poderá ser a da criação de uma comissão — ou junta — que analisaria cada caso de acordo com critérios pré-estabelecidos. Nesta direção, o deputado Adylson Motta (PPR-RS), tem proposta de emenda constitucional para simplesmente eliminar a justificativa de faltas, obrigando o desconto salarial mesmo em casos de doença ou viagem ao exterior.

No Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), sugeriu diversas vezes, em sua campanha para a presidência do Congresso, alterar o calendário das votações. Ele defende a concentração de votações em 20 dias do mês, deixando os 10 restantes livres para que os parlamentares trabalhem em suas bases. O senador acredita que eliminando o voo de ponte-aérea seria mais fácil garantir a presença efetiva dos parlamentares nas votações.

O senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA), acha que a idéia “não prospera”. Ele diz que o Senado

brasileiro “é o que mais se reúne e menos delibera no mundo”. E culpa as medidas provisórias e o voto de liderança pelo desinteresse dos parlamentares em discutir e votar. Com ele concorda o deputado José Genoíno (PT-SP), que também quer acabar com a “urgência urgentíssima”. Ele diz que os parlamentares viraram “meros apertadores de botão”, mas acha que o novo Congresso pode mudar, “porque será mais orgânico do que este, eleito no período Collor, em que os partidos estavam em baixa”.

**Modernização** — O futuro presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), também tem idéias de modernização, embora não antecipe quais são, temendo dividir seus apoios. Mas, pelo menos entre os parlamentares que repetem seus mandatos, há um desejo generalizado de mudar alguma coisa para impedir a repetição da performance deste ano. A legislatura encerra com 65 medidas provisórias em tramitação. Entre aquelas que venceram seu prazo está a do abono para o salário mínimo, a da extinção dos ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social, e das mensalidades escolares e a da implantação da Defensoria Pública da União. Também no Senado ficaram matérias importantes que ainda não foram apreciadas, entre elas o projeto que regulamenta a edição de medidas provisórias — de interesse dos parlamentares — e o que limita os gastos com o funcionalismo público — de interesse do Governo.

Essas matérias, juntamente com o projeto de pensões para ex-presidentes, que ficou pendente na pauta do último esforço concentrado da Câmara, estão prontas para apreciação. Mas a convocação extraordinária deverá ficar mesmo por conta da leitura das medidas provisórias reeditadas.